



Roraima
Assembleia Legislativa
O Poder do Povo



Colégio
M0001

Sala
0001

Ordem
0001

Junho/2026

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
IV Concurso Público para Provimento de Vagas nos Cargos de
Analista Legislativo
Contador

Nome do Candidato
Caderno de Prova '16', Tipo 002

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-002

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Galileo di Vincenzo Bonauti de Galilei, conhecido como Galileu Galilei, foi um astrônomo, físico e engenheiro florentino.

- Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo, se contém 80 questões numeradas de 1 a 80 e se contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
- Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar, nem qualquer espécie de aparelho eletrônico.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, no espaço apropriado.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 10, baseie-se no texto a seguir.

As ruas abertas à livre circulação de pessoas e veículos representam uma das imagens mais vivas da cidade moderna. Apesar de as cidades ocidentais incorporarem várias e até contraditórias versões da modernidade, há um grande consenso a respeito de quais são os elementos básicos da experiência moderna de vida pública urbana: a primazia e a abertura de ruas; a circulação livre; os encontros impessoais e anônimos de pedestres; o uso público e espontâneo das ruas e praças; e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os outros que passam, olhando vitrines, fazendo compras, sentando nos cafés, participando de manifestações políticas, apropriando as ruas para seus festivais e comemorações, ou usando os espaços especialmente designados para o lazer das massas. Esses elementos são associados à vida moderna em cidades capitalistas pelo menos desde a reforma de Paris promovida pelo barão de Haussmann na segunda metade do século XIX.

No cerne da concepção de vida pública urbana incorporada na Paris moderna estavam as noções de que o espaço da cidade é aberto para ser usado e usufruído por qualquer um e de que a sociedade de consumo que ele abriga poderia tornar-se acessível a todos. É claro que esse nunca foi exatamente o caso, em Paris ou em qualquer outro lugar. As cidades modernas foram sempre marcadas por desigualdades sociais e segregação espacial e nunca deixaram de ser apropriadas de formas bastante diferentes por diversos grupos, dependendo de sua posição social e de seu poder. No entanto, a despeito das persistentes desigualdades e injustiças sociais, as cidades ocidentais modernas sempre mantiveram vários sinais de abertura, sobretudo no que diz respeito à circulação e ao consumo. Esses sinais contribuíram para manter o valor positivo associado à ideia de um espaço público aberto, acessível a todos e a qualquer um.

As cidades modernas têm servido de cenário para todo tipo de manifestação política. Na verdade, a promessa de incorporação à sociedade moderna incluía não só a cidade e o consumo, mas também a ordem política. As imagens da cidade moderna são análogas àquelas da ordem liberal-democrática, consolidada a partir da ficção do contrato social entre pessoas livres e iguais e que moldou a esfera política moderna. Essa ficção, tão radical quanto aquela da cidade aberta, ajudou a destruir a ordem social estamental que a precedeu. No entanto, foi só depois de muitas lutas que as definições de quem poderia ser considerado "livre e igual" foram pouco a pouco expandidas. Tanto a cidade aberta e sem exclusões quanto a ordem política incorporando todos os cidadãos como iguais nunca existiram, mas seus ideais fundadores e suas promessas de incorporação mantiveram seu poder por pelo menos dois séculos, dando forma a experiências de cidadania e de vida urbana e legitimando as ações de vários grupos excluídos em suas reivindicações por incorporação.

(Adaptado de: CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2011, pp 302 a 305)

1. Segundo o texto de Teresa Caldeira, a cidade moderna ideal seria
 - (A) uma cidade em que o controle estatal limitaria o uso dos espaços públicos, priorizando a ordem e a segurança em detrimento da plena liberdade de circulação.
 - (B) caracterizada pela forte segregação espacial, na qual diferentes grupos sociais ocupam áreas rigidamente separadas e com pouca interação entre si.
 - (C) um espaço urbano voltado prioritariamente à produção industrial, onde o acesso aos bens e serviços se restringiria às elites econômicas.
 - (D) organizada em torno de tradições comunitárias estáveis, com relações pessoais duradouras e pouca circulação de grupos sociais cuja identidade instaurasse diferenças radicais.
 - (E) um espaço público aberto e acessível a todos, marcado pela livre circulação, encontros anônimos, diversidade social e uso coletivo das ruas e praças.
2. Conforme o texto, ilustra fatores concretos da experiência de vida pública urbana no Ocidente, ao menos nos últimos dois séculos, o que se encontra em:
 - (A) A primazia de espaços privados, a centralidade da produção industrial e a divisão rígida entre espaços de trabalho, de circulação e de moradia.
 - (B) Apesar das persistentes desigualdades e injustiças, as cidades ocidentais modernas conservam indícios de abertura, especialmente no que se refere à circulação e ao consumo.
 - (C) A construção de ambientes planejados cujo símbolo maior é a previsibilidade. É a cidade do movimento estritamente necessário, de preferência em automóveis.
 - (D) A organização comunitária baseada em laços pessoais estratificados, com forte controle estatal nos espaços urbanos e pouca mobilidade social.
 - (E) A nova cidade já não é marcada por um tempo em que se produz uma identidade; ela é marcada pela consolidação de um terreno de disputas políticas silenciosas.
3. As atribuições da ordem liberal-democrática, presentes no último parágrafo, correspondem a
 - (A) um sistema político centrado exclusivamente no desenvolvimento econômico, sem qualquer conexão com os direitos civis.
 - (B) um sistema político baseado na hierarquia estamental, no qual os direitos são definidos pela posição social de cada indivíduo.
 - (C) um modelo que restringe o acesso à cidade e à organização social apenas a determinados grupos econômicos e políticos.
 - (D) uma organização política fundamentada no contrato social entre indivíduos livres e iguais, associada ao ideal de participação plena na vida pública.
 - (E) uma estrutura social que valoriza relações pessoais restritivas. A participação na esfera pública não deve estabelecer uma correlação de forças entre igualdade e cidadania.



4. *Essa ficção, tão radical quanto aquela da cidade aberta, ajudou a destruir a ordem social estamental que a precedeu. No entanto, foi só depois de muitas lutas que as definições de quem poderia ser considerado "livre e igual" foram pouco a pouco expandidas. (3º parágrafo)*
- O termo sublinhado no trecho acima indica a
- (A) relativização de uma afirmativa anterior.
 - (B) oposição entre duas premissas.
 - (C) conclusão de um determinado processo.
 - (D) negação absoluta de um argumento anterior.
 - (E) adição de dois pontos de vista sobre um mesmo objeto.
-
5. Considere as frases a seguir:
- É claro que esse nunca foi exatamente o caso, em Paris ou em qualquer outro lugar. As cidades modernas foram sempre marcadas por desigualdades sociais e segregação espacial e nunca deixaram de ser apropriadas de formas bastante diferentes por diversos grupos, dependendo de sua posição social e de seu poder. (2º parágrafo)*
- Essa ficção, tão radical quanto aquela da cidade aberta, ajudou a destruir a ordem social estamental que a precedeu. (3º parágrafo)*
- Os termos sublinhados referem-se, respectivamente, a
- (A) desigualdades sociais – segregação – ficção
 - (B) cidades modernas – grupos – ficção
 - (C) desigualdades sociais – grupos – ficção
 - (D) cidades modernas – segregação – ordem social
 - (E) cidades modernas – grupos – ordem social
-
6. *No cerne da concepção de vida pública urbana incorporada na Paris moderna estavam as noções de que o espaço da cidade é aberto para ser usado e usufruído por qualquer um e de que a sociedade de consumo que ele abriga poderia tornar-se acessível a todos.*
- Uma nova redação para a frase acima, em que se mantém a correção e, em linhas gerais, o sentido original, encontra-se em:
- (A) Existia no âmago do projeto de urbanidade parisiense, as visões de livre fruição das ruas por qualquer indivíduo, garantindo que o acesso aos bens de consumo assistissem por todos de forma igualitária.
 - (B) No centro da concepção de vida pública urbana presente na Paris moderna, estavam as ideias de que o espaço urbano deveria ser franqueado ao uso e usufruto de qualquer pessoa e de que a sociedade de consumo ali existente poderia se tornar acessível a todos.
 - (C) A ideia de esfera pública na Paris da modernidade fundamentava na premissa de que o território urbano é de livre acesso, e que a dinâmica do consumo presente nele deve estar ao encaixe de todos cidadãos.
 - (D) O conceito de vida coletiva nas cidades, que a Paris moderna personificou, traziam o princípio de que o espaço público pertence ao povo; além disso a acessibilidade à essa cultura de consumo seria um direito universal.
 - (E) Residia na essência da Paris moderna, a crença de que qualquer um pode aspirar o uso das áreas comuns e de que a sociedade de mercado ali estabelecida, visa incluir toda a população sem distinções.
-
7. O uso adequado do sinal indicativo de crase encontra-se em:
- (A) À promessa de incorporação a sociedade moderna incluía não só à cidade e o consumo, mas também a ordem política.
 - (B) Às ruas abertas à livre circulação de pessoas e veículos representam uma das imagens mais vivas da cidade moderna.
 - (C) Esses elementos são associados à vida moderna em cidades capitalistas pelo menos desde a reforma de Paris.
 - (D) Às imagens da cidade moderna são análogas àquelas da ordem liberal-democrática.
 - (E) Às cidades ocidentais modernas sempre mantiveram vários sinais de abertura, sobretudo no que diz respeito a circulação e ao consumo.
-
8. A correção gramatical e a regência são plenamente contempladas no seguinte período:
- (A) A noção de cidade aberta foi incorporada em discursos políticos desde o século XIX. Ela está frequentemente ligada para com projetos de modernização urbanos que valorizam a circulação e o consumo.
 - (B) As cidades modernas foram sempre marcadas por desigualdades sociais e segregação espacial e nunca deixaram de ser apropriadas de formas bastante diferentes por diversos grupos, dependendo de sua posição social e de seu poder.
 - (C) Há consenso diante a quais são os elementos básicos da vida pública urbana. As ruas abertas e a livre circulação de pessoas são fundamentais para uma concepção democrática de cidade moderna.
 - (D) As cidades foram marcadas em desigualdades sociais profundas. Apesar disso, o discurso de abertura política, típico das democracias burguesas, foram hegemônicos no ocidente, ao menos até as primeiras décadas do século XXI.
 - (E) Muitos estudiosos defendem que há consenso com a importância desses espaços para a vida urbana, embora nem sempre se reconheça sua relação sob a experiência cotidiana dos cidadãos.



9. As ruas abertas à livre circulação de pessoas e veículos representam uma das imagens mais vivas da cidade moderna. Apesar de as cidades ocidentais incorporarem várias e até contraditórias versões da modernidade, há um grande consenso a respeito de quais são os elementos básicos da experiência moderna de vida pública urbana [...].

No trecho acima, indicam juízos de valor os seguintes termos:

- (A) veículos, experiência moderna
(B) ruas abertas, circulação de pessoas e veículos
(C) cidades ocidentais, versões da modernidade
(D) livre circulação, consenso
(E) mais vivas, grande consenso
10. O verbo que possui o mesmo tipo de complemento que o da frase "as cidades ocidentais modernas sempre mantiveram vários sinais de abertura", está sublinhado em:
- (A) "As ruas abertas representam uma das imagens mais vivas da cidade moderna."
(B) "Esses sinais contribuíram para manter o valor positivo..."
(C) "Essa ficção ajudou a destruir a ordem social estamental que a precedeu."
(D) "O espaço da cidade é aberto para ser usado e usufruído por qualquer um..."
(E) "As cidades modernas foram sempre marcadas por desigualdades sociais..."

Atenção: Para responder às questões de números 11 a 20, baseie-se no texto a seguir.

Uma vela para Dario

Dario vem apressado, guarda-chuva no braço esquerdo. Assim que dobra a esquina, diminui o passo até parar, encosta-se a uma parede. Por ela escorrega, senta-se na calçada, ainda úmida de chuva. Descansa na pedra o cachimbo.

Dois ou três passantes à sua volta indagam se não está bem. Dario abre a boca, move os lábios, não se ouve resposta. O senhor gordo, de branco, diz que deve sofrer de ataque.

Ele reclina-se mais um pouco, estendido na calçada, e o cachimbo apagou. O rapaz de bigode pede aos outros se afastem e o deixem respirar. Abre-lhe o paletó, o colarinho, a gravata e a cinta. Quando lhe tiram os sapatos, Dario rouqueja feio, bolhas de espuma surgem no canto da boca.

Cada pessoa que chega ergue-se na ponta dos pés, não o pode ver. Os moradores da rua conversam de uma porta a outra, as crianças de pijama acodem à janela. O senhor gordo repete que Dario sentou-se na calçada, soprando a fumaça do cachimbo, encostava o guarda-chuva na parede. Mas não se vê guarda-chuva ou cachimbo ao seu lado.

A velhinha de cabeça grisalha grita que ele está morrendo. Um grupo o arrasta para o táxi da esquina. Já no carro a metade do corpo, protesta o motorista: quem pagará a corrida? Concordam chamar a ambulância. Dario conduzido de volta e recostado à parede – não tem os sapatos nem o alfinete de pérola na gravata.

Alguém informa da farmácia na outra rua. Não carregam Dario além da esquina; a farmácia no fim do quarteirão e, além do mais, muito peso. É largado na porta de uma peixaria. Enxame de moscas lhe cobrem o rosto, sem que faça um gesto para espantá-las.

Ocupado o café próximo pelas pessoas que apreciam o incidente e, agora, comendo e bebendo, gozam as delícias da noite. Dario em sossego e torto no degrau da peixaria, sem o relógio de pulso.

Um terceiro sugere lhe examinem os papéis, retirados – com vários objetos – de seus bolsos e alinhados sobre a camisa branca. Ficam sabendo do nome, idade, sinal de nascença. O endereço na carteira é de outra cidade.

Registra-se correria de uns duzentos curiosos que, a essa hora, ocupam toda a rua e as calçadas: é a polícia. O carro negro investe a multidão. Várias pessoas tropeçam no corpo de Dario, pisoteado dezessete vezes.

O guarda aproxima-se do cadáver, não pode identificá-lo – os bolsos vazios. Resta na mão esquerda a aliança de ouro, que ele próprio – quando vivo – só destacava molhando no sabonete. A polícia decide chamar o rabecão.

A última boca repete – Ele morreu, ele morreu. E a gente começa a se dispersar. Dario levou duas horas para morrer, ninguém acreditava estivesse no fim. Agora, aos que alcançam vê-lo, todo o ar de um defunto.

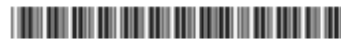
Um senhor piedoso dobra o paletó de Dario para lhe apoiar a cabeça. Cruza as mãos no peito. Não consegue fechar olho nem boca, onde a espuma sumiu. Apenas um homem morto e a multidão se espalha, as mesas do café ficam vazias. Na janela alguns moradores com almofadas para descansar os cotovelos.

Um menino de cor e descalço vem com uma vela, que acende ao lado do cadáver. Parece morto há muitos anos, quase o retrato de um morto desbotado pela chuva.

Fecham-se uma a uma as janelas. Três horas depois, lá está Dario à espera do rabecão. A cabeça agora na pedra, sem o paletó. E o dedo sem a aliança. O toco de vela apaga-se às primeiras gotas da chuva, que volta a cair.

(Adaptado de: TREVISAN, Dalton. **33 contos escolhidos**. Rio de Janeiro: Record, 2005)

11. A frase *O rapaz de bigode pede aos outros se afastem e o deixem respirar* está corretamente transposta para o discurso direto em:
- (A) O rapaz de bigode solicita que os outros: "Se afastem e o deixem respirar".
(B) – O rapaz de bigode pede aos outros: – Que se afastem, que deixem-no respirar.
(C) O rapaz de bigode pede: – Os outros que se afastem e que lhe deixem respirar.
(D) O rapaz de bigode pede aos outros: "Afastem-se e deixem-no respirar".
(E) "Afasta-o e deixe-o respirar", pedem aos outros o rapaz de bigode.



12. No trecho *Assim que dobra a esquina, diminui o passo até parar, encosta-se a uma parede. Por ela escorrega, senta-se na calçada, ainda úmida de chuva. Descansa na pedra o cachimbo*, o pronome sublinhado refere-se a
- (A) pedra.
 - (B) esquina.
 - (C) parede.
 - (D) calçada.
 - (E) chuva.
-
13. Respeita plenamente as normas de regência verbal e nominal o livre comentário a respeito do texto:
- (A) O guarda aproximou-se ao corpo de Dario para tentar identificar-lhe, mas não encontrou documentos nos bolsos do falecido.
 - (B) A multidão presente no local não aspirava o fim trágico de Dario, em que permaneceu estendido na calçada por duas horas.
 - (C) A polícia decidiu por chamar o rabecão após constatar que Dario já não apresentava sinais vitais.
 - (D) Dario era muito apegado com sua aliança de ouro, objeto a que ele raramente retirava do dedo.
 - (E) Os curiosos que ocupavam a rua assistiram o triste espetáculo da morte de Dario sem ao qual ninguém pudesse de fato ajudar.
-
14. No trecho *O senhor gordo repete que Dario sentou-se na calçada, soprando a fumaça do cachimbo, encostava o guarda-chuva na parede. Mas não se vê guarda-chuva ou cachimbo ao seu lado*, o conectivo sublinhado relaciona ideias introduzindo um valor semântico de
- (A) consequência.
 - (B) oposição.
 - (C) explicação.
 - (D) retificação.
 - (E) adição.
-
15. No trecho *Ocupado o café próximo pelas pessoas que apreciam o incidente e, agora, comendo e bebendo, gozam as delícias da noite. Dario em sossego e torto no degrau da peixaria, sem o relógio de pulso*, os termos destacados sugerem que
- (A) a situação levou ao encerramento das atividades do café e dispersão das pessoas em virtude do luto.
 - (B) Dario foi rapidamente assistido e retirado do local pelos passantes, embora não tenha sobrevivido.
 - (C) os frequentadores do café estavam preocupados em prestar socorro a Dario, ainda que desordenadamente.
 - (D) o ambiente descrito é de luto coletivo e comoção entre os presentes, apesar da aparente indiferença geral.
 - (E) a morte de Dario gerara uma comoção superficial e convertera-se em mero espetáculo.
-
16. Simbolizam a morte de Dario todas as seguintes expressões:
- (A) *carro negro investe a multidão / correria de uns duzentos curiosos / tropeçam no corpo de Dario*
 - (B) *comendo e bebendo / gozam as delícias da noite / ocupam toda a rua e as calçadas*
 - (C) *guarda-chuva no braço esquerdo / diminui o passo até parar / encosta-se a uma parede*
 - (D) *o cachimbo apagou / a espuma sumiu / O toco de vela apaga-se às primeiras gotas da chuva*
 - (E) *abre a boca / move os lábios / não se ouve resposta*
-
17. *Várias pessoas tropeçam no corpo de Dario, pisoteado dezessete vezes.*
O verbo flexionado no mesmo tempo, modo e voz que o da frase acima está sublinhado em:
- (A) *A velhinha de cabeça grisalha gritou (...)*
 - (B) *Dario levou duas horas para morrer.*
 - (C) *Ele reclina-se mais um pouco.*
 - (D) *Abre-lhe o paletó, o colarinho, a gravata e a cinta.*
 - (E) *(...) quem pagará a corrida?*



18. *Um menino de cor e descalço vem com uma vela, que acende ao lado do cadáver. Parece morto há muitos anos, quase o retrato de um morto desbotado pela chuva.*

Com a passagem acima o autor pretende destacar que

- (A) a atitude do menino configura um ato solidário e desinteressado praticado por alguém socialmente vulnerável.
 - (B) o ato do menino reforça o caráter cômico da narrativa, transformando a cena da morte em uma situação de humor involuntário.
 - (C) a atitude representa uma tentativa de exploração econômica da situação de morte de Dario, já que o menino vende uma vela no local do acidente.
 - (D) o gesto do menino confirma a indiferença geral das pessoas, pois ele apenas observa o corpo sem qualquer envolvimento emocional.
 - (E) a presença do menino indica que a polícia já havia encerrado a ocorrência e liberado o corpo para remoção imediata.
19. Apresenta uma síntese coerente com o sentido geral do texto o que se encontra em:
- (A) O conto descreve uma ação coletiva espontânea em torno de um acontecimento urbano; a morte de Dario é tratada como motivo de intervenção positiva comunitária.
 - (B) O conto retrata a comoção coletiva diante de um homem que recebe imediato socorro e atenção solidária de todos os que passam pelo local.
 - (C) A narrativa evidencia a transformação de uma tragédia urbana em espetáculo público, marcado pela indiferença e curiosidade das pessoas diante da morte de Dario.
 - (D) O texto apresenta uma crítica ao sistema de saúde, destacando a ineficiência dos serviços de emergência no atendimento rápido às vítimas em vias públicas.
 - (E) A história enfatiza o isolamento de Dario como consequência de sua escolha voluntária de permanecer na rua, sem esboçar qualquer interesse em uma intervenção externa.

20. *Segundo o escritor e crítico Ricardo Piglia, o conto clássico é aquele que narra em primeiro plano a história 1 e constrói em segredo uma história 2, de modo que as duas se encontrem ao fim. Piglia afirma: "A arte do contista consiste em saber cifrar a história 2 nos interstícios da história 1. Um relato visível esconde um relato secreto, narrado de um modo elíptico e fragmentário".*

(Adaptado de: Ricardo Piglia, "Teses sobre o conto", em Formas breves. Trad. de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. pp. 89-90).

Em conformidade com o texto acima, os dois planos que compõem a narrativa de "Uma vela para Dario" estão mais bem definidos em:

- (A) O texto apresenta, em primeiro plano, a morte de Dario; em segundo plano, desenvolve-se uma investigação policial acerca da possível causa de sua morte.
- (B) O texto narra, em primeiro plano, a vida cotidiana dos moradores da rua, enquanto, em segundo plano, destacam-se os aspectos particulares da vida pregressa de Dario.
- (C) O conto apresenta, em primeiro plano, a tentativa organizada de socorro ao personagem, enquanto, em segundo plano, revela-se a ineficiência das instituições públicas.
- (D) A narrativa mostra, em primeiro plano, a movimentação desordenada da multidão, enquanto, em segundo plano, constrói-se a humanização gradual de Dario.
- (E) "Uma vela para Dario" conta em primeiro plano o ataque cardíaco do personagem, enquanto no segundo plano vai se consumando o roubo de seus bens.

Noções de Direito Constitucional

21. Foi editada no estado de Roraima lei proibindo a prática de queimadas para limpeza de terreno e manejo de pastagens. Insatisfeitos com tal medida, os agricultores da região impugnaram a lei, argumentando que o estado não detém competência para dispor sobre o assunto. Diante do caso hipotético acima mencionado, os agricultores
- (A) não têm razão, pois o estado tem competência exclusiva para legislar sobre a proteção ao meio ambiente, de modo que a lei estadual em questão é constitucional.
 - (B) têm razão, pois o estado somente é competente para legislar sobre assuntos de interesse local; diante disso, a proteção do meio ambiente engloba interesse das três esferas da federação, sendo a lei, portanto, inconstitucional.
 - (C) têm razão, pois o estado deveria propor iniciativas legislativas em conjunto com os demais entes da federação, tendo em vista que a competência para legislar sobre a proteção ao meio ambiente interessa às três esferas federativas, sendo, pois, a lei inconstitucional.
 - (D) têm razão, uma vez que a Constituição Federal estabelece que compete à União legislar privativamente sobre proteção ao meio ambiente, observadas as premissas constitucionais.
 - (E) não têm razão, haja vista que o estado possui competência para legislar sobre a proteção do meio ambiente, observada a legislação federal sobre normas gerais na matéria.



22. O Governador de Roraima propôs uma emenda à Constituição do Estado buscando facilitar o processo legislativo para aprovação de leis ordinárias e complementares. Tal proposta busca a aprovação das leis caso atingido apenas o quórum de maioria simples dos presentes na sessão da Assembleia Legislativa do Estado, sem estabelecimento de quórum mínimo de presença. Diante da situação hipotética apresentada, tal proposta é
- (A) constitucional, em obediência ao princípio constitucional da eficiência, ao buscar a modernização dos processos legislativos de acordo com a necessidade de cada ente federativo.
 - (B) inconstitucional, por violar normas de processo legislativo estabelecidas na Constituição Federal que devem ser observadas por todos os entes da federação.
 - (C) constitucional em razão da autonomia do Estado-membro para a elaboração das regras relativas ao processo legislativo estadual.
 - (D) inconstitucional, pois somente seria possível proposta que dificultasse a aprovação do processo legislativo estadual.
 - (E) inconstitucional, pois, em virtude da matéria, a iniciativa da referida proposta de emenda deveria caber aos membros da Assembleia Legislativa, e não ao Governador do Estado.
23. À luz do que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais:
- I. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro nato que fizer pedido expresso perante autoridade competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia, não havendo impedimento para eventual reaquisição da nacionalidade brasileira originária, na forma da lei.
 - II. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
 - III. É admitida a cassação de direitos políticos em hipóteses excepcionais previstas em lei complementar, desde que observados o contraditório e a ampla defesa.
 - IV. Os partidos políticos podem receber recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros, desde que haja prestação de contas à Justiça Eleitoral.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I e II.
 - (C) III e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) I e IV.
24. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal acerca do processo legislativo,
- (A) a matéria constante de projeto de lei rejeitado só poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de 2/3 dos membros do Congresso Nacional.
 - (B) é vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria orçamentária, financeira e tributária.
 - (C) é de iniciativa privativa do Presidente da República lei que disponha sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.
 - (D) a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início no Senado Federal.
 - (E) a Casa legislativa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ordinária ao Presidente do Congresso Nacional, que, concordando, o sancionará.

Noções de Direito Administrativo

25. Eurípides é servidor público estadual, ocupando o cargo efetivo de Analista Legislativo na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. O presidente da Assembleia recebeu uma denúncia anônima relatando que Eurípides está envolvido em casos de corrupção em contratos da Administração Pública. Foi, então, instaurada uma sindicância que, durante seu curso regular, obteve elementos suficientes para a instauração, por meio de portaria, de processo administrativo disciplinar. Diante da situação hipotética acima descrita, Eurípides alega nulidade em razão de seu processo administrativo ter se iniciado por meio de notícia anônima. Tal alegação
- (A) não encontra respaldo no ordenamento jurídico brasileiro, pois é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em razão do exercício do poder-dever de autotutela da Administração.
 - (B) merece prosperar, tendo em vista que é direito subjetivo do servidor público saber quem foi o autor da denúncia e sua motivação, proporcionado o exercício da exceção da verdade.
 - (C) deve prosperar por violação ao princípio administrativo da publicidade e do devido processo legal.
 - (D) deve prosperar por violação aos princípios constitucionais do contraditório e de ampla defesa.
 - (E) não deve prosperar, pois não mais se admite no ordenamento jurídico brasileiro a "verdade sabida" em procedimentos de punição ao servidor faltoso.
26. O Estado de Roraima, visando a modernização de seus hospitais públicos, adquiriu equipamentos médicos diversos, substituindo os antigos que, até então, serviam às equipes de saúde lotadas nos referidos hospitais. Apesar de os antigos equipamentos ainda funcionarem, eles deixaram de ter utilidade para o Estado, razão pela qual foi instaurado processo administrativo visando à sua alienação. Consignou-se a existência de interesse público devidamente justificado para a alienação dos equipamentos, razão pela qual foi realizada sua avaliação. Diante da situação hipotética acima mencionada, a alienação desses equipamentos inservíveis se dará, em regra, na modalidade
- (A) concurso.
 - (B) leilão.
 - (C) concorrência.
 - (D) pregão.
 - (E) diálogo competitivo.



27. De acordo com o que estabelece a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), o edital poderá, na forma disposta em regulamento, exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por
- (A) pessoas trans, travestis e não binárias.
 - (B) negros, pardos e indígenas.
 - (C) jovens aprendizes.
 - (D) pessoas maiores de 60 anos.
 - (E) mulheres vítimas de violência doméstica.
28. De acordo com o que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD),
- (A) sua aplicação se dá ao tratamento de dados pessoais realizado, inclusive, para fins exclusivamente jornalísticos e artísticos.
 - (B) o tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado no interesse de seus genitores, ou de seu responsável legal, nos termos da legislação pertinente.
 - (C) em nenhuma hipótese é permitida a comunicação ou o uso compartilhado entre controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde com objetivo de obter vantagem econômica.
 - (D) a defesa dos interesses e dos direitos dos titulares de dados poderá ser exercida em juízo, individual ou coletivamente, na forma do disposto na legislação pertinente, acerca dos instrumentos de tutela individual e coletiva.
 - (E) é permitido às operadoras de planos privados de assistência à saúde o tratamento de dados de saúde para a prática de seleção de riscos na contratação de qualquer modalidade, assim como na contratação e exclusão de beneficiários.

Noções de Administração Financeira e Orçamentária

29. Os princípios orçamentários funcionam como diretrizes estruturantes da elaboração e execução do orçamento público e, dentre esses, o princípio da
- (A) clareza exige que o orçamento seja elaborado de forma a permitir compreensão por diferentes usuários, incluindo a padronização de classificações e a transparência na apresentação dos dados fiscais.
 - (B) programação estabelece que o orçamento deve priorizar exclusivamente despesas obrigatórias, deixando despesas discricionárias fora da estrutura de planejamento.
 - (C) não afetação impede que receitas específicas sejam vinculadas a determinadas despesas, sem qualquer exceção, inclusive para transferências constitucionais entre entes federativos.
 - (D) publicidade garante apenas a divulgação formal do orçamento aprovado, não se aplicando às etapas de execução e acompanhamento da despesa pública.
 - (E) legalidade orçamentária restringe a atuação do gestor público à execução do orçamento, dispensando qualquer observância às normas durante a fase de elaboração.
30. Sobre a classificação das despesas públicas, é correto afirmar que
- (A) a classificação por natureza da despesa se restringe à distinção entre despesas obrigatórias e discricionárias, não envolvendo outros critérios analíticos.
 - (B) a classificação funcional da despesa tem como objetivo principal identificar a unidade orçamentária responsável pela execução do gasto.
 - (C) despesas correntes incluem gastos com pessoal e encargos sociais, sendo vedada a inclusão de outras naturezas de despesa nessa categoria.
 - (D) despesas de capital são aquelas que não produzem variação patrimonial no setor público, pois representam apenas transferências financeiras entre entes.
 - (E) a classificação por categoria econômica separa as despesas entre correntes e de capital, refletindo, respectivamente, na manutenção da máquina pública e formação de novos ativos.
31. O orçamento público possui natureza jurídica
- (A) de instrumento meramente político, sem força normativa, cuja função se limita a expressar intenções de governo sem relevância jurídica.
 - (B) de lei formal de conteúdo autorizativo e estimativo, não criando, por si só, direitos subjetivos à realização da despesa nem obrigação absoluta de execução.
 - (C) de ato administrativo discricionário, sem caráter normativo, funcionando apenas como instrumento interno de planejamento governamental.
 - (D) de lei em sentido material, dotada de generalidade e abstração, impondo obrigatoriamente a execução integral das despesas nele previstas.
 - (E) híbrida, sendo simultaneamente norma jurídica e ato administrativo vinculante que obriga a execução integral de todas as despesas aprovadas.



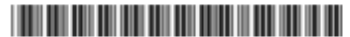
32. Considerando a interação entre classificadores orçamentários, a classificação
- (A) programática organiza as despesas com base na origem dos recursos financeiros, permitindo rastrear a arrecadação pública.
 - (B) funcional e a classificação programática são equivalentes, pois ambas identificam os órgãos responsáveis pela execução das políticas públicas.
 - (C) institucional permite identificar o responsável pela execução do orçamento, enquanto a programática evidencia os objetivos e resultados das ações governamentais.
 - (D) por fonte de recursos tem como finalidade indicar a natureza econômica da despesa, distinguindo entre gastos correntes e de capital.
 - (E) econômica da despesa tem como foco principal a mensuração de resultados, sendo substituta dos indicadores de desempenho.

Legislação Institucional

33. De acordo com o que estabelece a Constituição do Estado de Roraima, poderá ser feita a convocação extraordinária da Assembleia Legislativa mediante
- (A) requerimento de Secretário de Estado, em caso de decretação de intervenção no estado.
 - (B) ato do Governador do Estado, em caso de urgência ou interesse público relevante.
 - (C) ato do Presidente da Casa, no dia 1º de janeiro do primeiro ano da legislatura, para posse de seus membros e eleição da nova Mesa Diretora.
 - (D) requerimento de 1/3 de seus membros, em caso de decretação de estado de calamidade pública que atinja o território do estado.
 - (E) ato do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, em caso de decretação de intervenção do estado em município.
34. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (Resolução Legislativa nº 08, de 13 de dezembro de 2023, e suas alterações), acerca da Mesa Diretora,
- (A) será considerado vago o cargo de presidente quando este estiver substituindo o Governador do Estado, em caso de impedimento ou vacância, na forma da Constituição Estadual.
 - (B) esta contará com o assessoramento direto do superintendente legislativo e do Procurador-Geral do Estado.
 - (C) os titulares de quaisquer de seus cargos poderão, mediante requerimento do interessado, solicitar licença da respectiva função, por interesse particular.
 - (D) a licença do cargo da Mesa Diretora importará na suspensão das atividades parlamentares do deputado licenciado.
 - (E) é de sua competência propor ação de inconstitucionalidade, a requerimento de Prefeito Municipal ou mediante requisição de Procurador-Geral do Município.
35. De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima (Resolução Legislativa nº 08, de 13 de dezembro de 2023, e suas alterações), os projetos de resolução legislativa destinam-se a regular matéria de caráter político ou administrativo, com eficácia de lei ordinária, de competência privativa, sobre o que deva a Assembleia pronunciar-se, tal como
- (A) concessão de título honorífico.
 - (B) pedido de intervenção federal.
 - (C) apreciação das contas anuais do Tribunal de Contas do Estado.
 - (D) conclusão de Comissão Permanente sobre proposta de fiscalização e controle.
 - (E) denúncia contra o Governador e Secretário de Estado.
36. De acordo com o que estabelece a Resolução nº 015/2024, que disciplina a estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, é competência do Controlador-Geral
- (A) planejar, coordenar e executar, de acordo com a orientação da Mesa Diretora, recepções, solenidades, comemorações internas e externas.
 - (B) avaliar a regularidade das licitações e contratos, bem como da programação e execução orçamentária e financeira.
 - (C) contactar órgãos governamentais dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no âmbito federal, estadual e municipal.
 - (D) resgatar e preservar a memória institucional da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.
 - (E) elaborar e promover a atualização anual da Política Estratégica de Segurança da Assembleia Legislativa através do Plano de Segurança aprovado pela Mesa Diretora.

**Geografia e História de Roraima**

37. A vida na região do Vale do Rio Branco durante quase todo o século XIX caracterizava-se por um contexto socioeconômico específico, marcado por transformações graduais na ocupação territorial. Sobre as condições de vida e a dinâmica social em Roraima em meados do século XIX,
- (A) a economia monetária era baseada na exploração de ouro e diamantes que, durante o Império e início da República, atraía um grande fluxo de garimpeiros de todo o Brasil.
 - (B) a região era pouco povoada por colonizadores portugueses e estava sob controle de povos indígenas organizados em confederações, base da organização clânica que, com processo de miscigenação ocorrido no século XIX, constituiria as grandes famílias proprietárias.
 - (C) a região apresentava ocupação diversificada, com centros urbanos estruturados e manufaturas para o abastecimento interno, além de agricultura de subsistência e pecuária de exportação.
 - (D) a população era majoritariamente composta por povos indígenas ligados ao extrativismo e à pecuária, e secundariamente por escravizados que trabalhavam em latifúndios produtores de algodão e de açúcar.
 - (E) a ocupação não indígena já existia, mas a região era pouco atrativa para colonos, com uma economia voltada ao abastecimento interno, baseada no extrativismo e na pecuária em campos naturais, e com baixo intercâmbio exterior.
38. A criação do Território Federal do Rio Branco em 1943 representou um marco político-administrativo que visava consolidar a presença brasileira nas fronteiras amazônicas. A partir desse momento, a ocupação territorial de Roraima intensificou-se, com transformações significativas na estrutura econômica e demográfica. Sobre a relação entre a criação do Território Federal, os fluxos migratórios e os ciclos econômicos em Roraima,
- (A) com a criação do Território Federal intensificaram-se incentivos à agropecuária, com atração de migrantes nordestinos. A pecuária em campos naturais predominou até os anos 1990, tomando-se, depois, intensiva e tecnificada. Tal processo consolidou Roraima como um dos principais produtores de gado da Amazônia, com cerca de 1,3 milhão de cabeças em 2025.
 - (B) o rebanho bovino de Roraima permaneceu inferior a 200 mil cabeças até o fim do século XX, aumentando significativamente apenas após 2010 com maior crédito à pecuária e ganhos do garimpo de cassiterita, que realocaram investimentos para o setor.
 - (C) a atividade pecuária em Roraima remonta à segunda metade do séc. XVIII, mas sua expansão intensiva, baseada em pequenas propriedades familiares e com impacto internacional na exportação brasileira, é sequencial a 1988, quando a elevação a estado permitiu créditos federais para a modernização.
 - (D) a criação do Território Federal em 1943 não teve conexão com o desenvolvimento agropecuário, sendo a pecuária uma atividade iniciada no séc. XVIII, mas secundária e complementar à ocupação de Roraima, que foi economicamente centrada na mineração.
 - (E) desde a criação do Território Federal a agropecuária roraimense foi baseada em produção de abastecimento interno, e para exportação de cultivos de soja, milho e café, tendo a pecuária sido introduzida como atividade complementar a da mineração, pois o deslocamento livre do rebanho, como ali era feito, favorecia a busca por garimpos.
39. O século XX representou um período de transformações significativas no *status* político-administrativo e na dinâmica de ocupação de Roraima. Considerando a sequência de eventos que marcaram o desenvolvimento do estado neste período,
- (A) a transformação de território federal para estado ocorreu gradualmente entre 1943 e 1962, sem necessidade de qualquer ato legislativo federal adicional.
 - (B) o Território Federal de Roraima foi criado em 1962 e transformado em estado apenas em 1988, após a aprovação de um plebiscito realizado entre os roraimenses, tendo como base econômica no período: mineração, extrativismo, agricultura, pecuária extensiva, salários e transferências federais.
 - (C) Roraima foi elevada à categoria de estado em 1962, quando deixou de ser território federal, durante as Reformas de Base, consolidando sua autonomia política junto a outras duas unidades federativas da Região Norte: Amapá e Rondônia.
 - (D) Roraima foi estabelecida em 1943 como Território Federal do Rio Branco (desmembrado do Amazonas no governo Vargas), renomeada Território de Roraima em 1962 e elevada a estado em 1988; sua economia baseava-se em mineração, extrativismo, agricultura, pecuária extensiva, salários e transferências federais.
 - (E) a região permaneceu como parte integrante do estado do Amazonas até o final do século XX, sendo apenas reconhecida como estado na Constituição de 1988, tal como Tocantins, que só se desmembrou de Goiás no mesmo processo constitucional.
40. No século XX, a questão indigenista em Roraima foi também uma questão de geografia econômica. As formas de pressão sobre os povos indígenas variaram conforme a localização no lavrado, nas serras e nas áreas de fronteira, bem como segundo a incidência de fazendas pecuaristas, rodovias, missões, mineração e aparelhos do estado. À luz dessa articulação entre espaço, economia e política indigenista,
- (A) as demarcações do século XX desconsideraram a distribuição histórica dos povos indígenas e foram traçadas, basicamente, segundo limites municipais, arrecadação estadual e conveniência administrativa, e sinergias de atividades econômicas similares das nações indígenas.
 - (B) a territorialidade indígena de Roraima tornou-se parcialmente urbana ao longo do século XX, o que deslocou a pauta indigenista da terra para temas basicamente sociais/culturais.
 - (C) nas áreas de lavrado e de fronteira leste, povos como Macuxi, Wapichana e Taurepang sofreram mais cedo e de forma mais contínua a pressão da pecuária e, depois, de eixos como a BR-174; já nas áreas serranas, como as ocupadas pelos Ingarikó, a inserção territorial foi distinta, o que ajuda a explicar ritmos e formatos diferenciados de conflito e reconhecimento.
 - (D) a geografia teve papel central, pois os conflitos fundiários e as políticas indigenistas se distribuíram de maneira homogênea, por todo o território roraimense, diluindo assim a intensidade dos conflitos em sua territorialidade.
 - (E) a abertura da BR-174 ampliou a presença não indígena nas terras do norte de Roraima, tradicionalmente reduto de territórios indígenas mais protegidos pelo isolamento, assim impactando especialmente áreas indígenas tradicionais do Noroeste do estado pela sua construção no local.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. Considere uma despesa inscrita em restos a pagar em liquidação em 31/12/X1. Em X2, quando a despesa for liquidada, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, envolverá um lançamento em conta contábil de classe
- (A) 5, a débito.
 (B) 1, a débito.
 (C) 8, a crédito.
 (D) 3, a débito.
 (E) 4, a crédito.
-
42. Um servidor de uma secretaria estadual deve realizar o registro contábil de liquidação de uma despesa de forma concomitante com o fato gerador. Considerando o adequado uso do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, o registro contábil dessa operação deve envolver contas de natureza
- (A) patrimonial, orçamentária e de controle.
 (B) patrimonial, apenas.
 (C) orçamentária, apenas.
 (D) orçamentária e de controle, apenas.
 (E) patrimonial e orçamentária, apenas.
-
43. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, a característica qualitativa da informação contábil – que possibilita aos usuários assegurarem-se de que a informação representa fielmente os fenômenos econômicos ou outros fenômenos que ela se propõe a representar, e ainda implica que dois observadores esclarecidos e independentes possam chegar ao consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa, em que a informação representa os fenômenos econômicos e de outra natureza, os quais se pretende representar sem erro material ou viés – é a
- (A) tempestividade.
 (B) representação fidedigna.
 (C) comparabilidade.
 (D) compreensibilidade.
 (E) verificabilidade.

Atenção: Utilize o enunciado abaixo para as questões de números 44 a 47.

A entidade pública fictícia "Resultados" apresentou as seguintes informações referentes ao exercício financeiro de X2:

Previsão inicial da receita orçamentária	R\$ 50.000.000
Previsão atualizada da receita orçamentária	R\$ 52.000.000
Receita orçamentária lançada	R\$ 48.000.000
Receita orçamentária arrecadada	R\$ 49.500.000
Dotação inicial da despesa orçamentária	R\$ 50.000.000
Dotação atualizada da despesa orçamentária	R\$ 52.000.000
Despesa orçamentária empenhada	R\$ 51.000.000
Despesa orçamentária liquidada	R\$ 50.200.000
Despesa orçamentária paga	R\$ 49.800.000
Recebimento de depósito em caução	R\$ 3.500.000
Devolução de depósito em caução	R\$ 2.800.000

44. O valor de pagamentos extraorçamentários a ser registrado no Balanço Financeiro de X2 da entidade é de, em Reais,
- (A) 2.800.000.
 (B) 50.000.000.
 (C) 52.000.000.
 (D) 51.000.000.
 (E) 49.800.000.
-
45. O valor total de receita orçamentária a ser registrado no Balanço Financeiro de X2 da entidade é de, em Reais,
- (A) 3.500.000.
 (B) 50.000.000.
 (C) 52.000.000.
 (D) 48.000.000.
 (E) 49.500.000.



46. O resultado de execução orçamentária do exercício financeiro de X2 da entidade foi
- (A) deficitário de R\$ 300.000.
 - (B) deficitário de R\$ 1.500.000.
 - (C) deficitário de R\$ 700.000.
 - (D) superavitário de R\$ 700.000.
 - (E) superavitário de R\$ 200.000.
-
47. O valor discriminado de saldo da dotação da linha "subtotal das despesas" do Balanço Orçamentário de X2 da entidade é de, em Reais,
- (A) 2.200.000.
 - (B) 1.000.000.
 - (C) 2.000.000.
 - (D) 800.000.
 - (E) 1.200.000.
-

Atenção: Utilize as informações abaixo para responder às questões de números 48 a 50.

Considere as informações a seguir, referentes à despesa com aquisição de equipamentos de informática realizada por determinado ente público municipal:

- 15/12/X0: empenho da despesa no valor de R\$ 120.000.
 - 15/01/X1: recebimento dos equipamentos e liquidação da despesa pelo valor total do empenho. Os equipamentos foram considerados prontos para o uso nas condições pretendidas pela administração da entidade.
 - 05/02/X1: pagamento da despesa pelo valor total do empenho.
 - 28/02/X1: reconhecimento da primeira variação patrimonial diminutiva relativa à depreciação do bem.
 - 31/12/X1: realização do primeiro teste de redução ao valor recuperável, que não indicou a necessidade de ajustes patrimoniais.
48. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a apuração da depreciação dos equipamentos deve começar em
- (A) 31/12/X1.
 - (B) 15/12/X0.
 - (C) 28/02/X1.
 - (D) 15/01/X1.
 - (E) 05/02/X1.
-
49. O resultado da execução orçamentária do referido ente público municipal foi impactado em
- (A) 05/02/X1, por meio de uma despesa de capital.
 - (B) 28/02/X1, por meio de uma despesa corrente.
 - (C) 15/12/X0, por meio de uma despesa de capital.
 - (D) 31/12/X1, por meio de uma despesa corrente.
 - (E) 15/01/X1, por meio de uma despesa de capital.
-
50. O resultado patrimonial do referido ente público municipal foi impactado em
- (A) 05/02/X1.
 - (B) 28/02/X1.
 - (C) 15/12/X0.
 - (D) 31/12/X1.
 - (E) 15/01/X1.
-



51. Determinada entidade pública adquiriu, em abril de 2025, uma licença de *software* de gestão para utilização em suas atividades administrativas, incorrendo nos seguintes gastos:

▪ Preço de aquisição da licença (não inclui/exclui nenhum dos demais valores)	R\$ 150.000
▪ Tributos não recuperáveis incidentes sobre a aquisição	R\$ 18.000
▪ Desconto comercial obtido na negociação	R\$ 8.000
▪ Honorários profissionais de consultores para configuração inicial e adequação do <i>software</i>	R\$ 12.000
▪ Custos com testes para verificação do funcionamento adequado do <i>software</i>	R\$ 5.000
▪ Treinamento dos servidores para utilização do <i>software</i>	R\$ 9.000
▪ Gastos com publicidade	R\$ 4.000

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a NBC TSP 08 – Ativo Intangível, o *software* deve ser mensurado no reconhecimento inicial por

- (A) R\$ 190.000.
- (B) R\$ 150.000.
- (C) R\$ 160.000.
- (D) R\$ 177.000.
- (E) R\$ 186.000.

52. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as combinações entre entidades do setor público podem ser classificadas como fusão ou como aquisição, conforme as características da operação. Levando isto em consideração,

- (A) classifica-se como fusão a transação que dá origem a uma entidade resultante em que nenhuma das partes da combinação obtém o controle de uma ou mais operações, ou aquela em que uma das partes obtém o controle, mas há evidências de que a combinação tem a essência econômica de fusão.
- (B) classifica-se como aquisição a transação ou o evento que dá origem a uma entidade resultante, em que nenhuma das partes da combinação obtém o controle de uma ou mais operações.
- (C) classifica-se como fusão a combinação em que uma parte da combinação, denominada adquirente, obtém o controle de uma ou mais operações, com evidências relacionadas à contraprestação e ao processo de tomada de decisão.
- (D) toda combinação no setor público em que há transferência de contraprestação financeira entre as partes deve, obrigatoriamente, ser classificada como fusão, independentemente do controle obtido.
- (E) a classificação da combinação como fusão ou aquisição depende exclusivamente da forma jurídica adotada pelas partes envolvidas, sendo irrelevante a análise da essência econômica da operação.

53. Conforme a Lei nº 4.320/1964, a receita orçamentária classifica-se nas categorias econômicas

- (A) Receitas Efetivas e Receitas por Mutação Patrimonial.
- (B) Receitas Tributárias e Receitas de Contribuições.
- (C) Receitas Correntes e Receitas de Capital.
- (D) Receitas Originárias e Receitas Derivadas.
- (E) Receitas Primárias e Receitas Financeiras.

54. A Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, evidencia

- (A) a posição estática do patrimônio em determinada data.
- (B) as entradas e saídas de caixa do exercício.
- (C) a execução do orçamento aprovado para o exercício.
- (D) as alterações verificadas no patrimônio, indicando o resultado patrimonial do exercício.
- (E) as variações patrimoniais qualitativas.

55. Sobre o tema de redução ao valor recuperável e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP),

- (A) a redução ao valor recuperável aplica-se somente aos ativos geradores de caixa, não havendo procedimento contábil previsto no MCASP para os ativos não geradores de caixa.
- (B) a redução ao valor recuperável deve ser reconhecida sempre que o valor recuperável do ativo for superior ao seu valor líquido contábil, devendo o valor contábil ser ajustado para cima.
- (C) a redução ao valor recuperável pode ser entendida como uma perda dos futuros benefícios econômicos ou do potencial de serviços de um ativo, além da depreciação, devendo o valor líquido contábil ser ajustado quando o valor recuperável for menor que ele.
- (D) a entidade está dispensada de avaliar a existência de indícios de perda ao valor recuperável dos ativos imobilizados, uma vez que a depreciação periódica já reflete integralmente qualquer perda de utilidade do ativo.
- (E) a redução ao valor recuperável reflete o declínio gradual do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração, motivada pelo desgaste, uso, ação da natureza ou obsolescência.



56. No dia 01/11/2024, a empresa Entrega Garantida S.A. não possuía estoque e adquiriu mercadorias para revenda nas seguintes condições:

- Compras à vista R\$ 2.000.000,00
- Compras a prazo R\$ 4.153.600,00
- A empresa pagou, adicionalmente, o valor de R\$ 80.000,00 para o transporte das mercadorias até seu depósito.

As compras realizadas a prazo serão pagas integralmente no longo prazo e a taxa de juros implícita na compra era 1,389% ao mês, que é equivalente a 18% no prazo de pagamento contratado.

Nos valores correspondentes às compras, já estão incluídos R\$ 600.000,00 de impostos recuperáveis e R\$ 500.000,00 de impostos não recuperáveis.

Sabendo que, nos meses de novembro e dezembro de 2024, a empresa vendeu 80% do estoque que havia adquirido em 01/11/2024, os saldos contábeis evidenciados no Balanço Patrimonial de 31/12/2024 na conta Estoques, no ativo circulante, e na conta Fornecedores, no passivo não circulante, foram, respectivamente e em reais:

- (A) 1.126.720,00 e 3.520.000,00.
- (B) 1.000.000,00 e 3.520.000,00.
- (C) 1.126.720,00 e 4.153.600,00.
- (D) 1.000.000,00 e 3.618.464,72.
- (E) 1.126.720,00 e 3.618.464,72.

57. No dia 01/12/2024 uma empresa realizou vendas de mercadorias nas seguintes condições:

- Vendas à vista R\$ 4.000.000,00
- Vendas a prazo R\$ 3.047.500,00

As vendas a prazo serão recebidas integralmente em 01/06/2026, sendo que a empresa praticava a taxa de juros de 0,758% ao mês (equivalente a 15% no prazo da venda a prazo).

Sabendo que os impostos incidentes sobre a Receita de Vendas totalizaram R\$ 800.000,00 e as despesas com frete para a entrega das mercadorias vendidas totalizaram R\$ 25.000,00, o valor da Receita Líquida de Vendas a ser evidenciado na Demonstração do Resultado do ano de 2024, decorrentes exclusivamente das vendas efetuadas em 01/12/2024, foi, em reais:

- (A) 5.825.000,00.
- (B) 7.047.500,00.
- (C) 6.247.500,00.
- (D) 6.650.000,00.
- (E) 5.850.000,00.

58. O Patrimônio Líquido apresentado por uma empresa no Balanço Patrimonial de 31/12/2024 era composto pelas contas a seguir, com os valores expressos em reais:

Capital Social	12.000.000
Reserva Legal	2.100.000
Reserva Estatutária	600.000
Reserva de Lucros a Realizar	150.000
Reserva para Contingências	450.000
Total do Patrimônio Líquido	15.300.000

As seguintes informações referentes ao ano de 2025 são conhecidas:

- O lucro líquido apurado pela empresa no ano de 2025 foi R\$ 7.200.000.
- As seguintes reservas foram constituídas:
 - i. Reserva Legal, de acordo com o estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.
 - ii. Reserva Estatutária no valor correspondente a 10% do Lucro Líquido deduzido da Reserva Legal.
- O fundamento para a manutenção da Reserva de Lucros a Realizar não existe mais e a empresa fez a reversão do valor total.

Sabendo-se que o estatuto da empresa é omissivo quanto ao critério para cálculo do dividendo mínimo obrigatório e que foi proposto pagamento de dividendos adicionais com o saldo remanescente, os valores que deveriam ter sido evidenciados no Balanço Patrimonial de 31/12/2024, como dividendo mínimo obrigatório e como dividendos adicionais propostos, eram respectivamente, em reais:

- (A) 3.525.000 e 2.685.000.
- (B) 3.450.000 e 2.910.000.
- (C) 3.420.000 e 2.886.000.
- (D) 3.450.000 e 2.760.000.
- (E) 3.420.000 e 2.736.000.



Atenção: Utilize os dados a seguir para responder às questões de números 59 e 60.

Os Balanços Patrimoniais em 31/12/2023 e 31/12/2024, e a Demonstração do Resultado do ano de 2024 da empresa UltraClean – Produtos de Limpeza S.A., são apresentados a seguir:

UltraClean – Produtos de Limpeza S.A.
Balanços Patrimoniais em 31/12/2023 e 31/12/2024

ATIVO	31/12/23	31/12/24	PASSIVO	31/12/23	31/12/24
Ativo circulante	2.376.000	5.238.000	Passivo circulante	2.808.000	4.721.040
Caixa e Equivalentes de Caixa	180.000	1.746.000	Fornecedores	1.188.000	1.177.200
Valores a Receber de Clientes	1.008.000	1.764.000	Dividendos a Pagar	–	51.840
(–) Perdas Estimadas com Clientes	–	(36.000)	Empréstimos	1.620.000	3.492.000
Estoques	1.188.000	1.764.000			
Ativo não circulante	2.592.000	3.024.000	Passivo não circulante	–	360.000
Investimentos			Provisão Riscos Fiscais	–	360.000
Participações Societárias	252.000	648.000			
Imobilizado			Patrimônio Líquido	2.160.000	3.180.960
Veículos	1.512.000	2.376.000	Capital	1.800.000	2.700.000
Terrenos	828.000	–	Reservas de Lucros	360.000	480.960
TOTAL DO ATIVO	4.968.000	8.262.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	4.968.000	8.262.000

UltraClean – Produtos de Limpeza S.A.	
Demonstração do Resultado – 01/01/24 a 31/12/24	
Receitas de Vendas	7.344.000
(–) Custo dos Produtos Vendidos	(4.680.000)
(=) Resultado com Mercadorias	2.664.000
(–) Despesas Operacionais	
Perdas Estimadas com Clientes	(36.000)
Depreciação	(216.000)
Despesa com Provisão para Riscos Fiscais	(360.000)
Despesas administrativas	(900.000)
Despesas comerciais	(600.000)
Outras despesas operacionais	(307.200)
	(2.419.200)
(+) Outras Receitas e Despesas	
Resultado de Equivalência Patrimonial	108.000
(–) Despesas Financeiras	(432.000)
Lucro na Venda de Terrenos	252.000
(=) Resultado Líquido	172.800

As seguintes informações adicionais referentes ao ano de 2024 são conhecidas:

- A empresa não vendeu participações societárias nem veículos.
- A empresa não liquidou qualquer empréstimo e não pagou as despesas financeiras contabilizadas no ano.
- O aumento de Capital ocorreu com a emissão de novas ações no mercado.

59. O valor correspondente ao Caixa gerado nas Atividades Operacionais pela empresa UltraClean – Produtos de Limpeza S.A. no ano de 2024 foi, em reais:

- 72.000 (negativo).
- 522.000 (negativo).
- 594.000 (negativo).
- 846.000 (negativo).
- 486.000 (negativo).

60. O valor correspondente ao Caixa gerado nas Atividades de Investimento pela empresa UltraClean – Produtos de Limpeza S.A. no ano de 2024 foi, em reais:

- 288.000 (negativo).
- 432.000 (negativo).
- 180.000 (negativo).
- 396.000 (negativo).
- 594.000 (negativo).



61. A Demonstração do Resultado do ano de 2024 da empresa Produtos Exclusivos S.A. é apresentada a seguir, com os valores expressos em reais:

Produtos Exclusivos S.A. Demonstração do Resultado: 01/01/2024 a 31/12/2024	
Receitas Líquidas de Vendas	1.224.000
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(780.000)
(=) Resultado com Mercadorias	444.000
(-) Despesas Operacionais	
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.000)
Depreciação	(36.000)
Despesa com Provisão para Riscos Fiscais	(60.000)
Despesas com Salários	(125.000)
Serviços de Terceiros	(62.500)
Aluguel de imóveis	(30.000)
Despesas gerais	(83.700)
	(403.200)
(+) Outras Receitas e Despesas	
Resultado de Equivalência Patrimonial	18.000
(-) Despesas Financeiras	(72.000)
(+) Lucro na Venda de Terrenos	42.000
(=) Resultado antes de Impostos	28.800
(-) Despesa com Imposto de Renda	(8.640)
(=) Resultado Líquido	20.160

Informações adicionais

- Os impostos incidentes sobre as Receitas Brutas de Vendas totalizavam R\$ 216.000.
- Os impostos recuperáveis incidentes sobre a compra de Estoques, exclusivamente em relação aos produtos que foram vendidos, totalizavam R\$ 162.500.
- No valor total registrado em Despesas gerais estão incluídos:
 - R\$ 5.000 de FGTS a recolher;
 - R\$ 3.750 correspondente ao INSS patronal.

O valor adicionado gerado pela empresa Produtos Exclusivos S.A. e a parcela deste valor adicionado destinado ao governo (na forma de impostos, contribuições, taxas etc.) foram em 2024, respectivamente e em reais,

- (A) 288.050 e 223.390.
(B) 324.050 e 65.890.
(C) 318.050 e 223.390.
(D) 318.050 e 65.890.
(E) 288.050 e 65.890.

62. Um caminhão foi adquirido por uma empresa para uso na sua atividade e as condições da aquisição, com os valores expressos em reais, foram as seguintes:

▪ Pagamento ao fornecedor do caminhão	1.400.000
▪ Pagamento para aquisição da carroceria.....	600.000
▪ Gastos com mão de obra para a instalação da carroceria.....	160.000

A vida útil do caminhão pronto para uso foi definida pela empresa em 8 anos e o valor residual estimado para venda, no final do prazo da vida útil, foi R\$ 800.000. A empresa adota o método das quotas constantes para a determinação da despesa de depreciação, e a vida útil do caminhão para fins fiscais é definida em 5 anos. O caminhão entrou em operação no dia 01/07/2023 e a empresa não identificou a necessidade de ajuste ao valor recuperável até o final de 2024. O saldo contábil evidenciado para o caminhão no Balanço Patrimonial de 31/12/2024 foi, em reais:

- (A) 1.775.000.
(B) 1.400.000.
(C) 1.905.000.
(D) 1.755.000.
(E) 1.105.000.

63. Um ativo intangível foi adquirido em 02/01/2023 pelo valor de R\$ 5.000.000 e tem vida útil definida em 20 anos. No Balanço Patrimonial de 31/12/2023, o saldo contábil evidenciado foi R\$ 4.560.000, composto dos seguintes valores expressos em reais:

- Custo de aquisição = 5.000.000.
- Amortização acumulada = 250.000
- Perda por desvalorização (*impairment*) = 190.000

Em 31/12/2024, a empresa realizou novamente o teste de redução ao valor recuperável (Teste de *impairment*) com as seguintes informações disponíveis nessa data e valores expressos em reais:

- Valor em uso: 4.600.000.
- Valor justo líquido de despesas de venda: 4.400.000.

Na demonstração do resultado do ano de 2024, o impacto referente ao ativo intangível evidenciado pela empresa foi reconhecer,

- (A) apenas a despesa de amortização de R\$ 240.000.
(B) apenas a despesa de amortização de R\$ 250.000.
(C) a despesa de amortização de R\$ 250.000 e a reversão da perda por desvalorização no valor de R\$ 190.000.
(D) a despesa de amortização de R\$ 240.000 e a reversão da perda por desvalorização no valor de R\$ 190.000.
(E) a despesa de amortização de R\$ 240.000 e a reversão da perda por desvalorização no valor de R\$ 180.000.



64. No ano de 2024, uma empresa realizou as aplicações financeiras nas condições apresentadas na tabela a seguir:

Data da aplicação	Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros
01/10/2024	1.500.000	30/06/2026	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1,5% a.m.
01/11/2024	600.000	30/09/2027	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1% a.m.
01/12/2024	900.000	31/10/2028	Mensuração ao custo amortizado	2% a.m.

Os valores justos das aplicações, em 31/12/2024, são apresentadas na tabela a seguir:

Mensuração definida pela empresa	Valor Justo em 31/12/2024 (R\$)
Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1.580.000,00
Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	615.000,00
Mensuração ao custo amortizado	905.000,00

O valor total evidenciado na demonstração do resultado da empresa no ano de 2024, decorrente exclusivamente das aplicações apresentadas foi, em reais:

- (A) 110.060,00.
 (B) 98.577,56.
 (C) 85.577,56.
 (D) 100.000,00.
 (E) 113.000,00.

65. Uma empresa estava respondendo a dois processos judiciais que foram evidenciados no Balanço Patrimonial de 31/12/2023, e as informações correspondentes são apresentadas na tabela a seguir:

Nº do Processo	Provisão reconhecida no Balanço Patrimonial de 31/12/2023 (valores em reais)
1	1.500.000
2	900.000

No final de 2024, a empresa respondia a mais dois processos, e os dados dos quatro processos são apresentados a seguir:

Nº do Processo	31/12/2024	
	Probabilidade de perda considerada	Valor reestimado da perda esperada (valores em reais)
1	Provável	1.200.000
2	Possível	600.000
3	Provável	800.000
4	Remota	900.000

Com base nestas informações, o saldo contábil apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2024 e o impacto líquido reconhecido no resultado de 2024 foram, respectivamente e em reais,

- (A) 2.000.000 e uma despesa líquida de 200.000.
 (B) 2.000.000 e um ganho líquido de 400.000.
 (C) 3.200.000 e uma despesa líquida de 800.000.
 (D) 2.000.000 e uma despesa líquida de 800.000.
 (E) 2.600.000 e um ganho líquido de 400.000.

66. No final do ano de 2024 foram obtidas as seguintes informações sobre eventos contabilizados por uma empresa, com os valores expressos em reais:

▪ Lucro líquido do exercício	2.100.000
▪ Distribuição de dividendos	360.000
▪ Ganho na alienação de ativos imobilizados	150.000
▪ Dividendos adicionais propostos	630.000
▪ Perdas na conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior	300.000
▪ Ajuste positivo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (líquido de tributos)	240.000
▪ Aumento do Capital Social	800.000

O valor do resultado abrangente apurado na Demonstração do Resultado Abrangente no exercício de 2024 foi, em reais,

- (A) 2.340.000.
 (B) 1.050.000.
 (C) 2.190.000.
 (D) 2.040.000.
 (E) 1.200.000.



67. Um empréstimo para compra de equipamentos industriais foi obtido por uma empresa com as seguintes características:

▪ Data da obtenção do empréstimo	31/12/2024
▪ Prazo total do contrato	7 anos
▪ Valor bruto do empréstimo	R\$ 30.000.000,00
▪ Taxa de juros compostos contratada	10% ao ano
▪ Forma de pagamento	7 parcelas anuais de mesmo valor
▪ Valor das parcelas anuais	R\$ 6.162.164,99
▪ Valor dos custos de transação incorridos	R\$ 962.669,15

Os custos de transação foram pagos na data de início do contrato e a taxa de custo efetivo do empréstimo foi 11% ao ano.

Em relação a este empréstimo,

- (A) o valor dos encargos financeiros registrados na demonstração do resultado de 2025 foi R\$ 4.262.669,15.
- (B) o valor dos encargos financeiros registrados na demonstração do resultado de 2025 foi R\$ 3.000.000,00.
- (C) o saldo total apresentado para as contas de passivo (circulante e não circulante) no Balanço Patrimonial de 31/12/2025 foi R\$ 27.137.835,01.
- (D) o valor dos encargos financeiros registrados na demonstração do resultado de 2025 foi R\$ 3.300.000,00.
- (E) o saldo total apresentado nas contas de passivo (circulante e não circulante), no Balanço Patrimonial de 31/12/2025, foi R\$ 26.069.272,26.

68. Uma máquina foi arrendada pela empresa Só Uso Alugado S.A. em 31/12/2024 para uso na sua atividade. A vida útil estimada para a máquina foi 10 anos e não terá valor de revenda no final da vida útil. A taxa implícita do contrato era 4% a.a. e a empresa pagaria 5 prestações anuais, iguais e consecutivas de R\$ 1.684.704, com a primeira parcela vencendo em 31/12/2025. Na data de início do contrato o valor justo da máquina era R\$ 7.800.000 e o valor presente das prestações do contrato era R\$ 7.500.000. Sabendo que a empresa pretende ficar com a máquina no final do prazo do contrato de arrendamento, é correto afirmar que a empresa Só Uso Alugado S.A. reconheceu

- (A) um impacto negativo no resultado de 2025 no valor de R\$ 1.050.000.
- (B) um ativo de R\$ 7.800.000, em 31/12/2024.
- (C) uma despesa de depreciação de R\$ 1.500.000 no resultado de 2025.
- (D) um impacto negativo no resultado de 2025 no valor de R\$ 1.684.704.
- (E) um passivo de R\$ 8.423.520, em 31/12/2024.

Atenção: Utilize os dados a seguir para responder às questões de números 69 e 70.

O valor do Patrimônio Líquido contabilizado da empresa Secundária S.A., em 31/12/2024, era R\$ 70.000.000. Nessa mesma data, o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis foi apurado em R\$ 90.000.000, sendo que a diferença entre esse valor e o valor do Patrimônio Líquido contábil correspondia à variação entre o custo contabilizado e o valor justo de um ativo que não era depreciado. A empresa Principal S.A. adquiriu, em 31/12/2024, sessenta por cento (60%) das ações da empresa Secundária S.A. pelo valor de R\$ 70.000.000 e passou a deter seu controle.

Os seguintes eventos afetaram o Patrimônio Líquido da empresa Secundária S.A. no ano de 2025 (valores em reais):

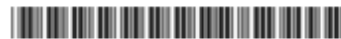
▪ Lucro líquido apurado pela empresa em 2025	10.000.000
▪ Dividendos distribuídos e pagos em 2025	5.000.000
▪ Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros avaliados por meio de outros resultados abrangentes (valor positivo)	1.200.000

69. A empresa Principal S.A. evidenciou na conta Investimentos do ativo, no Balanço Patrimonial individual:

- (A) No balanço Patrimonial de 31/12/2025, o valor de R\$ 45.720.000.
- (B) Na data da aquisição, o valor de R\$ 42.000.000.
- (C) No balanço Patrimonial de 31/12/2025, o valor de R\$ 73.720.000.
- (D) Na data da aquisição, o valor de R\$ 54.000.000.
- (E) No balanço Patrimonial de 31/12/2025, o valor de R\$ 57.720.000.

70. O valor positivo do Resultado de Equivalência Patrimonial evidenciado em 2025 pela empresa Principal S.A., na sua Demonstração do Resultado individual foi, em reais:

- (A) 5.280.000.
- (B) 6.000.000.
- (C) 6.720.000.
- (D) 3.000.000.
- (E) 3.720.000.



Atenção: Utilize as informações a seguir para responder às questões de números 71 e 72.

No mês de setembro de 2025, uma empresa, que fabrica e vende um único produto, produziu 5.000 unidades desse produto e incorreu nos seguintes gastos:

Custos e despesas variáveis

- Matéria prima: R\$ 144,00 por unidade produzida
- Mão de obra direta: R\$ 72,00 por unidade produzida
- Despesas variáveis: R\$ 36,00 por unidade produzida

Custos e despesas fixas

- Custos fixos diretos: R\$ 72.000,00
- Custos fixos indiretos: R\$ 216.000,00
- Despesas fixas: R\$ 144.000,00

71. O custo unitário da produção no mês de setembro de 2025, considerando que a empresa adota o método de custeio por absorção, foi, em reais,
- (A) 309,60.
- (B) 216,00.
- (C) 338,40.
- (D) 302,40.
- (E) 273,60.

72. A empresa vende seu produto pelo preço unitário de R\$ 2.115,00 e os impostos incidentes sobre o preço de venda são de 15%. A empresa paga, adicionalmente, comissões para os vendedores calculadas à alíquota de 5% sobre o preço de venda.

Considerando essas informações, o ponto de equilíbrio contábil da empresa, em quantidade, é:

- (A) 280.
- (B) 200.
- (C) 300.
- (D) 246.
- (E) 232.
73. A empresa Nipônica S.A. fabrica e vende os produtos Nishi, Sanshi e Goshi. A tabela a seguir apresenta os valores unitários do preço de venda e dos custos fixos e variáveis para cada produto:

Produtos	Nishi	Sanshi	Goshi
Preço de venda	440,00	480,00	520,00
Custos variáveis	48,00	108,00	144,00
Despesas variáveis	72,00	48,00	60,00

Os custos fixos mensais totalizam R\$ 10.000, as despesas fixas mensais são de R\$ 60.000 e a empresa tem capacidade para produzir 2000 unidades por mês. Os custos fixos e as despesas fixas são comuns aos três produtos, sendo que os custos fixos são alocados aos produtos com base nos custos variáveis de cada um e as despesas fixas são alocadas com base nas despesas variáveis de cada produto.

Se a empresa Nipônica S.A. estabeleceu o objetivo de maximização do lucro, a ordem de prioridade dos produtos que devem ter sua venda incentivada é, respectivamente,

- (A) Nishi, Sanshi e Goshi.
- (B) Sanshi, Goshi e Nishi.
- (C) Goshi, Nishi e Sanshi.
- (D) Sanshi, Nishi e Goshi.
- (E) Nishi, Goshi e Sanshi.



74. A empresa Limitada S.A. fabrica e vende somente os produtos P1, P2 e P3, que são produzidos em um único departamento. As informações referentes ao processo produtivo da empresa no mês de outubro de 2025 foram as seguintes:

Produto	Matéria-prima (R\$ por unidade)	Mão de obra direta (R\$ por unidade)	Quantidade total produzida	Preço de venda (R\$ por unidade)	Horas de mão de obra direta (por unidade)
P1	100	200	2.000	1.500	2h
P2	200	100	1.000	1.300	1h
P3	300	100	1.500	2.000	2h

Os custos indiretos incorridos no mês de outubro de 2025 totalizaram R\$ 2.800.000. A empresa adota o método de custeio por absorção e os custos indiretos são alocados aos produtos em função da quantidade de horas de mão de obra direta utilizada no período.

Sabendo que não havia estoques iniciais dos produtos, que toda produção do mês de outubro foi finalizada e não há estoques finais de produtos, os custos unitários de produção dos produtos P1, P2 e P3, no mês de outubro de 2025, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 860; 860; 960.
(B) 1.000; 650; 1.100.
(C) 922; 922; 1.022.
(D) 300; 300; 400.
(E) 100; 200; 300.

Atenção: Utilize as informações a seguir para responder às questões de números 75 e 76.

Uma empresa de assessoria administrativa oferece dois tipos de serviços aos seus clientes: serviços de contabilidade e consultoria fiscal. Os custos diretos e o preço cobrado para cada tipo de serviço são os seguintes:

Serviço	Custos diretos	Preço do serviço
Serviços de contabilidade	R\$ 5.000 por empresa	R\$ 20.000 por empresa
Consultoria fiscal	R\$ 31.200 por contrato/ano	R\$ 72.000 por contrato/ano

Os custos indiretos anuais incorridos pela empresa totalizaram R\$ 530.000 em 2025 e referiram-se às seguintes atividades:

- Processamento de dados contábeis: R\$ 300.000
- Análise da legislação fiscal: R\$ 180.000
- Emissão de relatórios: R\$ 50.000

A empresa utiliza o Custeio Baseado em Atividades (ABC) para apuração dos custos dos serviços. Os direcionadores dos custos indiretos adotados pela empresa são apresentados na tabela a seguir:

Direcionadores	Serviços de contabilidade	Consultoria fiscal
Processamento de dados contábeis	90%	10%
Análise da legislação fiscal	30%	70%
Emissão de relatórios	60%	40%

No ano de 2025, a empresa atendeu 10 clientes para serviços de contabilidade e concretizou 20 contratos para consultoria fiscal.

75. O custo total dos serviços de contabilidade apurado no ano de 2025 foi, em reais:

- (A) 404.000.
(B) 315.000.
(C) 359.000.
(D) 354.000.
(E) 50.000.

76. O lucro bruto apurado pela empresa em 2025, exclusivamente para o serviço de consultoria fiscal foi, em reais:

- (A) 640.000.
(B) 551.000.
(C) 1.232.800.
(D) 1.264.000.
(E) 816.000.



77. Os custos diretos unitários dos produtos A, B e C, que são fabricados e vendidos por uma empresa, e as quantidades mensais produzidas são apresentados na tabela a seguir:

Produto	Custo direto unitário (R\$)	Volume produzido (em unidades)
A	21,00	8.000
B	22,40	5.000
C	35,00	2.000

Os custos fixos mensais totalizam R\$ 240.000 e a empresa distribui esses custos entre os três produtos com base nos totais dos custos diretos dos produtos.

Considerando-se exclusivamente os dados acima, o custo total mensal do produto B é, em reais,

- (A) 76.800.
- (B) 112.000.
- (C) 188.800.
- (D) 192.000.
- (E) 352.400.

78. A empresa Agrofertil S.A. produz um fertilizante que utiliza as seguintes matérias-primas: Fosfato e Magnésio. Os consumos e os custos dessas matérias-primas, para alguns níveis de quantidades produzidas, são apresentados na tabela a seguir:

Matéria-prima	Quantidade produzida (kg)	Custo unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
Fosfato	1.000	30,00	30.000
	1.500	30,00	45.000
	2.000	30,00	60.000
Magnésio	1.000	18,00	18.000
	1.500	12,00	18.000
	2.000	9,00	18.000

Com base nos dados apresentados, é possível afirmar que os custos dos componentes Fosfato e Magnésio, em relação ao fertilizante produzido, são, respectivamente,

- (A) indireto e variável.
- (B) variável e variável.
- (C) fixo e fixo.
- (D) variável e fixo.
- (E) fixo e variável.

79. Uma empresa produz mensalmente 20.000 unidades de um único produto, os custos e despesas variáveis totalizam R\$ 30 por unidade e os custos fixos mensais totalizam R\$ 210.000. A empresa está avaliando qual deve ser o preço de venda a ser praticado, tendo como objetivo maximizar o lucro. Para isso, dispõe das seguintes informações:

Preço de venda praticado (R\$)	Volume esperado de vendas (em unidades)
60	75% da produção
57	85% da produção
54	90% da produção
51	95% da produção
48	Toda a produção

O preço de venda a ser escolhido pela empresa de modo a atender seu objetivo é, em reais,

- (A) 60.
- (B) 48.
- (C) 51.
- (D) 54.
- (E) 57.

80. Uma empresa produz e vende mensalmente 50.000 unidades de um único produto. Os custos fixos mensais totalizam R\$ 300.000 e os custos variáveis somam R\$ 800.000. Sabendo que o preço unitário de venda praticado é R\$ 56,00, o ponto de equilíbrio contábil, em quantidade de unidades vendidas, é:

- (A) 6.000.
- (B) 7.500.
- (C) 20.000.
- (D) 18.750.
- (E) 5.357.